

 **Texto**  
para discussão

240

**Violência, capitalismo e  
mercadorização da vida**

**Eduardo Barros Mariutti**

Junho 2014

Instituto de Economia  
**UNICAMP** 

# Violência, capitalismo e mercadorização da vida\*

Eduardo Barros Mariutti

## Resumo

Este artigo tem como propósito básico destacar o vínculo indissolúvel entre capitalismo e violência. Para explicitá-lo, proponho dois movimentos simultâneos: i) retomar o caráter radical da crítica marxiana à Economia Política como guia para *impensar* as ciências sociais contemporâneas, entendido como um esforço preliminar para criar uma forma *unitária de pensamento*; ii) destacar as características – e tensões – fundamentais do novo imperialismo. O leitor notará o caráter ligeiramente desigual do texto: alguns argumentos aparecem de forma mais elaborada e com mais mediações do que outros. Ciente disto, e por tratar-se de um *texto para discussão*, preferi apresentar um quadro geral, e, portanto, indicativo dos pontos que pretendo, em conjunto com as pesquisas que oriento, desenvolver nos próximos anos, do que me sujeitar a prática acadêmica dominante de mutilar o pensamento em pequenos blocos independentes, amparados em uma bibliografia ultra especializada.

**Palavras chave:** Materialismo histórico; Economia Política; Socialismo.

O capitalismo é, *essencialmente*, um sistema de exploração e, como tal, não pode prescindir da *violência* para se manter em funcionamento. E esse expediente não foi utilizado apenas durante a sua formação, isto é, no longo e tenso período de mercantilização da força de trabalho e dos demais meios de produção que se seguiu à crise geral do feudalismo. Ao se constituir, o modo de produção capitalista engendrou transformações importantes nas formas de coerção, nas quais ele se apoia, redefine e fortalece. Um dos elementos fundamentais para a sua formação foi a consolidação de um *sistema interestatal* baseado na rivalidade constante entre Estados territoriais, processo que teve como base a concentração e a intensificação dos *meios e mecanismos* de exercício da violência, tanto no interior do seu território, quanto no plano dito “externo”, isto é, a arena das relações interestatais. Posteriormente, a Guerra Fria e, de forma ainda mais explícita, o seu *desfecho final*, levou esta dupla tendência a um nível sem precedentes, complementando o processo – já em curso no século XIX – de implementação de um conjunto de instituições e práticas enredadas pela noção de *Guerra Total*<sup>1</sup>. No plano interno, os aparelhos

---

\* Este texto – especialmente no que diz respeito às suas implicações e limitações – é de minha inteira responsabilidade. No entanto, devo muito às animadas discussões realizadas no Grupo de Estudos sobre Nacionalismo, Ideologia e Imperialismo (GENII), sediado no Instituto de Economia da Unicamp, iniciadas em 2013. Agradeço imensamente a todos os membros do grupo: sem vocês esse texto jamais seria escrito. Agradeço também aos preciosos comentários de Carlos Cordovano Vieira e Fabio Campos, dois professores excepcionais, que fazem parte do Núcleo de História Econômica do Instituto de Economia.

(1) Há muita controvérsia sobre o significado dessa expressão. Há dois sentidos básicos em disputa: i) um tipo de conflito que anula a distinção entre alvos militares e civis e, portanto, tende à erradicação do inimigo usando todos os meios e procedimentos disponíveis; ii) um conflito baseado na mobilização do *conjunto* da capacidade produtiva da sociedade para a Guerra. Sobre este tema, ver Beatrice HEUSER *The Evolution of Strategy* Cambridge: Cambridge U. Press, 2010 Cap. 4. Estou empregando o conceito com *ênfase* neste segundo sentido. Mas com um adendo importante: desde o século XIX, mas, sobretudo durante as duas Guerras Mundiais, a separação entre alvos civis e militares foi diluída. O desfecho macabro da Segunda Guerra

de vigilância sobre os cidadãos, associados a diversos mecanismos de repressão aos “distúrbios civis” não param de se multiplicar, criando o que Paulo Arantes denominou como uma “sociedade securitária de risco”, capaz de suspender a qualquer momento os direitos de cidadania e as garantias constitucionais. O colapso da URSS paradoxalmente *acirrou* o militarismo estadunidense, a enfatizar ainda mais a sua orientação para mudar *regimes*, fortalecendo o mecanismo de retroalimentação da violência construído logo no início da Guerra Fria, que mescla sistematicamente a ameaça “interna” à “externa”, criando uma sensação de insegurança perene, que fortalece e legitima os dispositivos de controle social e, simultaneamente, tenta eliminar do horizonte todas as perspectivas genuinamente emancipatórias.

Este mecanismo geral de produção violenta da sujeição ao *status quo* se combina com outro processo mais sutil de dominação. Ao *subordinar* e ajustar à sua lógica as formas *pretéritas* de exploração à acumulação incessante de capitais, o capitalismo favoreceu o deslocamento das irrupções mais *nítidas* da violência para os bastidores da vida social, isto é, para as diversas *periferias* e para os estratos e grupos sociais inferiorizados. É isso que, dentro de outras determinações, ajuda a dar sustentação à visão fictícia de que o capitalismo se identifica com – ou, em suas variantes mais tacanhas, determina – o “progresso” da civilização ou da “modernidade”. A combinação entre “arcaico e o moderno”, portanto, é um *fenômeno geral*, embora geralmente mais nítido nas zonas periféricas<sup>2</sup>. Existem diversas formas de se tentar estabelecer a falaciosa associação entre capitalismo e “progresso”. A mais simplória envolve a separação entre a sua *lógica econômica* – a suposta fonte do progresso – e as demais instâncias da realidade, tidas geralmente como o lugar onde reinam ainda os resquícios das sociedades anteriores, obstáculos temporários à marcha civilizatória, cuja base é a “economia”. O “problema econômico” não pode ser resolvido por um motivo surpreendentemente simples: para azar dos nossos netos, ele nunca foi econômico. Enquanto um sistema de exploração baseado na acumulação incessante de capitais a serviço das classes proprietárias, o capitalismo é marcado por uma nova forma de

---

Mundial e o posterior desenvolvimento da dissuasão nuclear erradicou esta diferenciação. Por Guerra Total devemos entender, portanto, a *possibilidade* de mobilizar o *conjunto das capacidades produtivo-organizacionais* da sociedade para sustentar um esforço prolongado de uma guerra em três dimensões (terra, mar e ar (com a inclusão do Espaço)), cujo limite último é o emprego em grande escala dos armamentos nucleares.

(2) O debate público nos EUA nas últimas décadas – o “centro”, portanto – mostra isso. Basta ver a chorumela sobre a “brasilianização” dos EUA – em tons muito próximos da crítica à “elite aculturada”, aos bloqueios à difusão do progresso técnico, etc. – denunciada por Michael LIND em *The Next American Nation* Nova York: Free Press, 1996: “Brasileirização [dos Estados Unidos] é simbolizada pela crescente retração da classe dominante americana branca (...) para o mundo dos bairros privados, escolas privadas, polícia privada, sistema privado de saúde e até mesmo estradas privadas, isolando-se da onda de pobreza generalizada. *Como a oligarquia latino americana, os ricos e bem relacionados membros desta classe dominante podem ascender em uma América decadente, marcada por índices terceiro-mundistas de desigualdade e criminalidade.*” (p. 14 – Grifo meu). Ou então, *na mesma linha*, a banal denúncia de Christopher LASH, também escrevendo em meados dos anos 90, chega a uma conclusão que, chocou os ingênuos: a principal ameaça à democracia americana vem das Elites – que, no caso, “traíram a nação” ao criarem círculos fechados cada vez mais cosmopolitas, distanciando-se das classes médias e de uma democracia inclusiva. Espantoso seria se as “elites” não se comportassem como “elites”, isto é, não defendessem seus privilégios de forma aguerrida, *contra* a maioria da sociedade, explorando as suas fontes internas e internacionais de poder cf. *The Revolt of the Elites and the Betrayal of Democracy* Nova York: W.W. Norton, 1996. Para uma crítica cuidadosa dessa tendência, ver Paulo ARANTES *Zero à Esquerda* São Paulo: Conrad, 2004 p.30-45; 57-9; 75-7.

*imbricamento* entre as formas de dominação política, os aparelhos de legitimação ideológica e os mecanismos gerais de exploração do trabalho.

Esta forma cínica de camuflar o problema, quando mobilizada pelos ainda menos espirituosos, gera as polêmicas recentes sobre a tensão entre o “novo” e o social desenvolvimentismo<sup>3</sup>. Parte da discussão – a verborragia novo-desenvolvimentista sobre a doença holandesa, a relação “correta” entre taxa de câmbio e coeficiente de importações, etc. – pode ser solenemente desprezada, pelo seu oportunismo e seu caráter inócuo. As outras vertentes merecem alguns parágrafos de atenção. O “social-desenvolvimentismo” e seus congêneres, de forma pretensamente crítica, partem de uma separação entre uma facção progressista da burguesia – os heróis da indústria – das suas formas parasitárias – os maléficis rentistas – para, com o apoio de uma elite benevolente<sup>4</sup>, criar condições macroeconômicas para

---

(3) Plínio de Arruda Sampaio é incisivo: “O chamado neodesenvolvimentismo é um fenômeno recente e localizado, indissociável das particularidades da economia e da política brasileiras na segunda metade dos anos 2000. Sua repercussão não ultrapassa as fronteiras da ‘provincial’ e, mesmo em seu interior, circunscreve-se a pequenos círculos acadêmicos. Mas do que uma nova tendência do pensamento econômico com fôlego para se expandir a outras praças e resistir à prova do tempo, a onda neodesenvolvimentista está diretamente relacionada às intrigas e conspirações palacianas entre as duas facções que disputam o controle da política econômica brasileira: a monetarista – braço direito do neoliberalismo – e a autoproclamada “desenvolvimentista”- braço esquerdo da ordem.” “Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa” *Serviço Social e Sociedade*. N. 112 (2012) p. 678. E, um pouco à frente, Plínio desnuda a relação entre o “novo” e o “velho” desenvolvimentismo, bem como o elemento de unidade do “novo”: “Acima de suas diferenças e idiossincrasias de ordem teórica e prática, os economistas que reivindicam o novo desenvolvimentismo compartilham um denominador comum: procuram uma terceira via que evite o que consideram o grave problema do neoliberalismo – a cumplicidade com o rentismo – e o que atribuem com as inaceitáveis perversidades do velho desenvolvimentismo – o nacionalismo anacrônico, a complacência com a inflação e o populismo fiscal. O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos ‘positivos’ do neoliberalismo – compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional – com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo – comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social.” *Ibid.* p. 679. Apesar deste claro diagnóstico, a posição de Plínio é um pouco ambivalente. Em alguns momentos ele parece operar no mesmo diapasão dos desenvolvimentismos, isto é, como se a questão central fosse criar uma sociedade “nacional” autônoma, capaz de incorporar o progresso técnico e o “controle” dos centros “internos” de decisão. Desde a “etapa superior” do capitalismo, como veremos, isto deixou de ser possível. Para ascender significativamente na hierarquia dos Estados capitalistas, é fundamental combinar o poder das armas com a internacionalização da burguesia, pelo menos em escala regional. E, como ilustra o século XX, a nação é parte da barbárie. Em sua produção mais recente – apesar da persistência de ecos de Celso Furtado, um fantasma que ele ainda não conseguiu exorcizar – Plínio aponta para esta direção.

(4) Esta arraigada crença no progressismo da burguesia é um traço tragicômico dos serviços dessa classe: são diversas as referências às “traições” da burguesia, em todas as épocas e em praticamente todos os lugares. Mas, mesmo assim, o mito do burguês progressista e empreendedor sempre ressurgiu das cinzas. Contra essa visão, como salientou com veemência João Quartim de MORAES, a crise de 2008 expôs mais uma vez a rapinagem da burguesia brasileira: “No Brasil, os primeiros efeitos perversos do “estouro da bolha imobiliária” envolveram cinco grandes trustes. Três deles, Aracruz, Sadia e Votorantim, foram pegos com a mão na cumbuca da jogatina financeira.”. Este último é o mais emblemático, dado o cinismo do seu dono: “O dono do truste Votorantim é o milionário Antonio Ermírio de Moraes, cuja arrogante suficiência costuma importunar nossa paciência com acianas lições de moral à nação, amplamente difundidas, muitas vezes em ‘matérias de capa’ por jornais, revistas e magazines especialistas em bajulação. Algumas das admoestações recorrentes do ‘mais importante empresário do país’ (cf. a capa de *Isto é Dinheiro* no. 480, 29 Nov. 2006), por exemplo, ‘Falta Seriedade!’ ou ‘Deixem a indústria trabalhar’, prestam-se, à luz turva da crise, a edificantes ironias: ‘Falta seriedade à Votorantim’; ‘Deixem a indústria trabalhar e os patrões especular.’” “Para a Análise Marxista da Crise” *Crítica Marxista*, no. 28 (2009) p. 11-2. Esse escândalo – e a posterior aposentadoria em 2013 – nos livrou das fanfarrônicas do nosso até pouco tempo atrás “mais importante empresário”. Essas mesmas revistas

consolidar um sistema nacional de inovação e de investimento “autônomo”, em simbiose com o financiamento público e apoio diplomático dos “campeões nacionais”: medidas que trabalham a *favor* da centralização de capitais, e não contra. O objetivo alegado é transformar o nosso país na nova *cocanha*, onde o crescimento econômico – pontilhado por políticas públicas *setoriais* de distribuição de renda e “reciclagem” dos trabalhadores – traria a cura para todas as mazelas sociais<sup>5</sup>.

O problema básico desta discussão toda é que ela nunca conseguiu ultrapassar o fetichismo do *capital*: a crença infundada e fantasmagórica de que a abundância é fruto do *movimento do capital* entendido não como uma *relação social* de exploração, mas como uma coisa, isto é, uma massa de riqueza, meios de produção e conhecimento técnico,<sup>6</sup> cuja eficácia pode ser aprimorada por políticas econômicas gestadas por elites tecnicamente competentes e imbuídas de “espírito público”. Em suma: a quixotesca tarefa de salvar o capitalismo dos capitalistas. Curiosamente, estes intérpretes julgam dialogar com Marx, mas resumem a sua problemática à questão do engendramento de forças produtivas “especificamente capitalistas”, capazes de tornar “endógeno” o capitalismo nacional. Toda tentativa de reduzir o marxismo a uma variante de ciência econômica é tributária deste tipo de fetichismo. Marx não foi e, o que é mais importante, não pode em *hipótese alguma* ser convertido em um economista. A separação do conhecimento em esferas estanques (o produto final do predomínio da orientação nomotética na *Methodenstreit* do século XIX) falseia a percepção dos fundamentos reais da sociedade burguesa. Na contramão das tendências em curso, Marx lutava para teorizar simultaneamente *todas* as esferas da existência, em um todo contraditório, e propunha uma forma de saber unitária e essencialmente orientada para a transformação radical da sociedade. *Nesta linha*, o materialismo histórico, definitivamente, não é uma *problem-solving theory*.

Isso posto, podemos prosseguir. Marx, como é sabido, tinha certa estima pela “velha” Economia Política Clássica. A sua tese básica é que, ao contrário da economia vulgar que a sucedeu, a Economia Política podia ser *superada*<sup>7</sup> desde que submetida a uma crítica capaz de desvendar as práticas e ações

---

passaram o cetro para outra figura obscura, Eike Batista, um dos mais pitorescos burgueses da era Lula, cuja ascensão só não foi mais rápida do que a sua queda vertiginosa. São esses os nossos empreendedores...

(5) Contra o fetichismo do crescimento econômico (símile da “sociologia da inautenticidade” na ciência econômica) ver Jessé SOUZA *A Construção Social da Subcidadania* Belo Horizonte e Rio de Janeiro: UFMG & IUPERJ, 2006 p. 17-8; 100-01; 129-36. Ver também: *A Ralé Brasileira* Belo Horizonte: UFMG, 2011 p. 15-18; 25-6. Logo a frente apontarei minhas reservas com relação à alguns traços da interpretação geral deste autor.

(6) Um sinal da pobreza do debate nesta seara é a recepção calorosa do livro de Thomas Piketty. Eis a definição de capital que parte: “capital é definido como a soma total de ativos não-humanos que podem ser possuídos e trocados em algum mercado. Capital inclui todas as formas de propriedade real (incluindo imóveis residenciais), bem como o capital financeiro e profissional (plantas, infra-estrutura, máquinas, patentes, etc.) utilizado por empresas e agências governamentais.” *Capital in the Twenty-First Century* Cambridge & Londres: Belknap Press, 2014 p. 46. O propósito é separar esta “forma” de capital – que ele consciente e declaradamente usa como sinônimo de *riqueza* – do “capital humano” que, para ele, é o próprio trabalhador e suas competências, e portanto, *não pode ser apropriado de forma permanente*, tal como, por exemplo, nos sistemas escravistas. Logo, o *capital* – cujo segredo é conseguir se apropriar da *força de trabalho* no seu processo de autovalorização – não é tratado em nenhum momento no livro.

(7) Marx condenava a economia vulgar como uma das formas mais fetichistas pois ela não conseguia ultrapassar o modo como a realidade aparece *imediatamente* aos olhos do observador: relações sociais tomadas como relações entre *coisas*. A

sociais que *ela ocultava e tentava eternizar*. Essa tentativa de superação – simultaneamente intelectual e prática, que punha em questão todas as formas discursivas e práticas concretas de afirmação da desigualdade e da violência – é a verdadeira essência do materialismo histórico. O fato de a economia neoclássica<sup>8</sup> – isto é, vulgarização do que já era vulgar – ser o ápice da decadência do espírito não salva a pele da ciência econômica “heterodoxa” contemporânea que, *como qualquer ciência especializada*, permanece restrita ao horizonte da sociedade produtora de mercadorias<sup>9</sup>. De forma mais simples e direta: nos termos atuais, a discussão sobre o desenvolvimento *regrediu* pois, na prática, reduziu a problemática da Economia Política ao mero tecnocratismo da Política Econômica, mediante uma luta parricida contra “neoclássicos”/ortodoxos, disputa que se situa *exclusivamente* no terreno da economia vulgar.

Logo, torna-se imperativo mudar radicalmente os termos da discussão e aceitar o desafio proposto por Marx. Como tem insistido Immanuel Wallerstein, chegou a hora de *impensar*<sup>10</sup> as Ciências

---

Economia Política Clássica, por sua vez, embora fosse capaz de penetrar um pouco mais fundo na realidade, ao perceber os conflitos sociais que animavam a sociedade, no fim das contas, por não querer (ou poder) enxergar as possibilidades além dos marcos de referência de que parte, naturalizaram essas formas de conflito. Por isso, sem querer, criaram o terreno propício ao florescimento da economia vulgar. Este tema é recorrente na obra de Marx. Mas no final da nota 32 do capítulo 1 de *O Capital*, ele é explícito: “Para deixar esclarecido de uma vez por todas, entendo por economia política clássica toda teoria econômica desde W. Petty, que investiga a estrutura interna das relações burguesas de produção em contraposição à economia vulgar, que se move apenas no interior do contexto aparente e rumina constantemente o material há muito fornecido pela economia científica a fim de fornecer uma justificativa plausível dos fenômenos mais brutais e servir às necessidades domésticas da burguesia, mas que, de resto, limita-se a sistematizar as representações banais e egoístas dos agentes de produção burgueses como o melhor dos mundos, dando-lhes uma forma pedante e proclamando-as como verdades eternas.” Vol. I São Paulo: Boitempo, 2013 p. 156.

(8) É importante fazer uma ressalva. Não é possível identificar a tradição do pensamento liberal que gravita em torno de Hayek à economia neoclássica. Dado o seu rigor teórico e o modo como mescla a questão da liberdade com sua teoria do conhecimento, este autor merece um tratamento especial que, infelizmente, não há como ser desenvolvido aqui. Outra tradição, digna de respeito, é a que se desdobra de Schumpeter. Estes dois pensadores geniais serão abordados de forma crítica em um estudo ainda em fase de elaboração.

(9) A especialização nos moldes da orientação nomotética aprisiona também o conhecimento em duas temporalidades distintas. Ao isolar rigorosamente uma esfera da realidade – i.é. a delimitação de um objeto – a ciência opera no plano da atemporalidade (ou o tempo “eterno”) e supostamente se apoia em regras, conceitos ou teoremas *atemporais*, que regem essa dimensão da realidade. O passo seguinte é mobilizar esses conceitos para *explicar* fenômenos situados no plano dos acontecimentos – no tempo episódico/acontecimental – sem conseguir transcender esta temporalidade e, fundamentalmente, tornando impossível a compreensão da mudança social que, nestes termos, só pode “vir de fora”, como revela a extravagante noção de *ceteris paribus*. Cf. Fernand BRAUDEL *História e Ciências Sociais* Lisboa: Presença, 1972 p. -29-37; Immanuel WALLERSTEIN “A Herança da Sociologia, a promessa da ciência social” in: *O Fim do Mundo como o Conhecemos* São Paulo: Revan 2013 p. 279-80; Immanuel WALLERSTEIN *Unthinking Social Science* Cambridge (MA): Polity Press, 1991 p. 135-48.

(10) Este termo não somente é melhor do que a ideia de “desconstrução”, como a pressupõe, mas tenta superá-la. O pós-modernismo é *um sintoma* da intensificação das contradições do capitalismo. É muito comum analisá-lo como um triunfo inesperado da burguesia: o relativismo elimina a razão substantiva e, portanto, invalida todo e qualquer projeto universal coletivo. Será? Ou o “pós-modernismo” revela outra coisa, isto é, os primeiros sinais de uma nova conjuntura revolucionária? É o que sugere o enigmático Robert COX: “Quando o antigo regime europeu ultrapassou a fase de proeminência e entrou em declínio, o pirronismo (um renascimento do ceticismo do mundo antigo) tornou-se uma moda intelectual. Agora, o pós-modernismo, mais afinado com uma geração que desenha a busca de modelos do passado, exerce a função de substituir (para usar a sua terminologia, “desconstruir”) as ontologias aceitas até aqui.” “Rumo a uma conceituação pós-hegemônica da ordem mundial: reflexões sobre a relevância de Ibn Kaldun, In: ROSENAU, James N. & CZEMPIEL, Erns-Otto (org.): Governança

Sociais contemporâneas. Mas, a meu ver, isto tem que ser feito tendo como eixo a reconstrução da concepção ampliada de modo de produção, tal como este tema aparece explicitamente em *A Ideologia Alemã* e em diversos trechos de *O Capital*: isto é, enquanto um conceito capaz de captar e expressar sinteticamente o *modo de vida* de uma determinada sociedade. Logo, enquanto modo de produção da *vida social*, ele precisa incidir sobre *todas* as dimensões da realidade social, inclusive sobre suas formas de representação e as formações discursivas que engendra para *ocultar* as suas bases (a temática do fetichismo) e, desse modo, garantir o seu funcionamento. Infelizmente, este tipo de abordagem ficou na penumbra por um conjunto variado de motivos, dentre os quais, para os propósitos presentes, podemos destacar dois. Parte da explicação deriva da própria especialização e fragmentação do conhecimento que, a despeito de algumas resistências e focos isolados, se seguiu à burocratização da Universidade durante a expansão mundial dos sistemas universitários a partir da década de 1950, movimento que culminou na sua organização atual, isto, nos moldes gerenciais da Grande Empresa<sup>11</sup>. O segundo motivo tem a ver com a própria forma dominante do discurso marxiano. O *ponto de partida* de Marx é a crítica de filosofia clássica alemã<sup>12</sup>. Crítica que, embora fundada na História, tendia a *formular* as questões em termos predominantemente filosóficos, onde prepondera o *tempo lógico*, característica que fica explícita em *O Capital*. Mas, nesta obra, ao isolar e identificar os *elementos essenciais* do capitalismo, Marx não perde em momento algum a unidade do processo e a multiplicidade das transformações envolvidas, isto é, a *articulação* entre as formas políticas, ideológicas e econômicas que se expressa em cada um desses elementos e processos<sup>13</sup>.

Um exemplo ilustra isso com clareza: o seu relato sobre a gênese do trabalhador assalariado envolve uma descrição não apenas dos mecanismos violentos de expropriação a que estiveram sujeitos, mas também um longo e sinuoso processo, onde a sedimentação das novas *formas de vida* promove simultaneamente o *esquecimento* das antigas relações de produção e formas de sociabilidade. As famílias camponesas desterradas, por exemplo, depois de algumas gerações, perderam não somente o seu meio de produção principal, mas também todas as outras relações sociais que estruturavam sua forma anterior de vida, as quais eram legadas de geração a geração *durante a reprodução* das comunidades ou das famílias camponesas. Logo, é um conjunto complexo e articulado de transformações que impõe sobre o trabalhador as formas capitalistas de compulsão ao trabalho *como se fossem forças eternas e*

---

sem governo: ordem e transformação na política mundial, Brasília: UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000 p. 185.

(11) Este processo é mais complexo do que parece a primeira vista. A Grande Imprensa, exatamente ao se organizar de forma corporativa e acelerar a produção e divulgação de notícias em um meio audiovisual, passou a pressionar o conhecimento produzido na Universidade. A simbiose entre o Estado e as Corporações – cuja expressão máxima foi o complexo industrial-militar-acadêmico – por sua vez, tendeu a complementar esse processo, convertendo a Universidade em um mero espaço destinado a produzir trabalhadores adestrados ao “mercado de trabalho”, ciência básica, tecnologia dirigida para o capital e cientistas disputados e assimilados pelo setor de P&D das corporações.

(12) Mesmo para quem acredita na capciosa discussão sobre as “três fontes” do pensamento marxiano – tal como Kautsky e depois Lênin formulam a questão – tenderia a concordar que este é o ponto de partida de sua crítica.

(13) Cf. Fernando NOVAIS *Aproximações*. São Paulo: Cosac Naify, 2005 p.363; Ellen Meiksins WOOD *Democracia contra Capitalismo* São Paulo: Boitempo, 2003 p. 27-36.

*incontornáveis* e, acima de tudo, aparentemente *impessoais*<sup>14</sup>. Não há, neste tipo de análise, espaço para o economicismo ou qualquer outro tipo de abordagem exclusivamente setorial da realidade. A compreensão e a crítica radical desta dinâmica e da imposição destes constrangimentos só é possível a partir de um saber unitário, capaz de articular todas as dimensões da realidade.

Isso posto, é o momento de apresentar o argumento geral que fundamenta este texto. O meu *ponto de partida* é a reflexão proposta por Rosa Luxemburgo sobre a peculiaridade do expansionismo capitalista. A seguinte passagem resume bem o eixo do seu pensamento:

O capitalismo é a primeira forma econômica capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra ao seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como força de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição<sup>15</sup>.

É importante frisar que Rosa tem uma visão bastante elástica do termo “forma econômica”, a qual é muito próxima do conceito de economia “substantiva”, cunhado posteriormente por Polanyi<sup>16</sup>.

De forma elegante e precisa, Ellen Meiksins Wood dá um passo importante: em sua formação, ao “desenraizar” a economia das demais dimensões da realidade social, o modo de produção capitalista gestou uma *forma específica* de articulação entre o domínio da “política” e o da economia.

A diferenciação da esfera econômica no capitalismo pode, portanto, ser assim resumida: as funções sociais da produção e distribuição, extração e apropriação de excedentes, e a alocação do trabalho social são, de certa forma, privatizadas e obtidas por meios não-autoritários e não-políticos. Em outras palavras, a alocação social de recursos e de trabalho não ocorre por comando político, por determinação comunitária,

---

(14) Marx é incisivo: “Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e noutro polo, pessoas que nada tem para vender, a não ser sua força de trabalho. Também não basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evoluir da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo de capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência; a constante produção de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda do trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados à valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador.” *O Capital op. cit.* p. 808

(15) Rosa LUXEMBURGO *A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Tomo II São Paulo, Abril Cultural, 1984, p. 98.

(16) De forma intuitiva, ao formular desse modo a questão, ela estava se afastando do *formalismo* da filosofia que, no momento, estava sendo transposto para a ciência econômica, fato que esvaziou ainda mais a História como a referência central da teoria e da luta social. Acredito a sua resistência a esta tendência se explica, essencialmente, pelo seu engajamento nas *lutas concretas* das camadas populares, desde a época em que vivia na Polônia. Acho que ela foi bem sucedida: quanto mais a Universidade se burocratizou, mais intensa a tendência em tentar desqualificá-la e, também, mais frequentes foram as tentativas de “retificar” seu pensamento, para aprisioná-lo na camisa de força do formalismo imperante na especialização acadêmica. As acusações de “subconsumismo” representam outro caso recorrente, as quais derivam, em grande medida, da projeção da noção formal de economia sobre o seu argumento, ao mesmo tempo em que refletem o fetichismo do capital que aludi a pouco: o *investimento capitalista*, se realizado no “departamento” adequado e com os mecanismos de regulação apropriados, possui um dinamismo endógeno e infinito.

por hereditariedade, costumes nem por obrigação religiosa, mas pelos mecanismos do intercâmbio de mercadorias. Os poderes de apropriação de mais-valia e de exploração não se baseiam diretamente nas relações de dependência jurídica ou política, mas sim numa relação contratual entre produtores livres – juridicamente livres e livres dos meios de produção – e um apropriador que tem a propriedade privada absoluta<sup>17</sup>.

Essa diferenciação representa, *em parte*, uma separação entre o “momento” da coerção e o “momento” da apropriação, mas que se *integram* na reprodução da sociedade capitalista<sup>18</sup>. A separação entre os meios de produção e o trabalho – que *pressupõe* a eficácia das formas jurídicas, ideológicas e dos demais aparelhos de repressão – geram a coação imediata sobre o trabalhador e, simultaneamente, mistificam essa expropriação.

---

(17) *Democracia contra...* op. cit. p. 35.

(18) Essa separação é fundamental, na exata medida em que ela possibilita compreender o modo como o *desenraizamento* da economia gesta uma *sociedade de mercado*, que dissolve ou subordina as demais formas de sociabilidade à sua lógica. Desse modo, é possível compreender com mais clareza o modo como o capitalismo *redefine* as formas de coerção pretéritas, a serviço da mercadorização do homem e da natureza. Mas, infelizmente, Ellen Wood tende a se perder, ao insistir em um formalismo despropositado, fundado na obsessão pela centralidade da Inglaterra na formação das relações especificamente capitalistas baseando-se no que Robert Brenner tem de pior: a influência do “marxismo” analítico – expressa na sua crítica aos “dois materialismos históricos” na obra marxiana – e uma crítica superficial e desonesta à Wallerstein. Em *O Império do Capital*, um ótimo livro, esta idiossincrasia ressurge e se reflete nas trapalhadas que a autora comete ao discutir porque a Holanda do século XVII não era “capitalista” (i.é., era diferente da Inglaterra, uma Inglaterra *sui generis*, que existe mais na imaginação da autora e de Brenner do que na realidade). Esta formulação pode gerar desentendimentos. Em primeiro lugar, no presente texto, estou usando a expressão “economia” em seu sentido *substantivo* nos termos definidos originalmente por Polanyi mas, ao contrário da maioria dos seus seguidores, buscando reforçar os vínculos do seu pensamento com o Materialismo Histórico. Em cada modo de produção uma esfera da existência social articula as demais: é a partir dela que se pode compreender a organização geral da sociedade. No capitalismo – e isto parece ser uma de suas principais peculiaridades – é, claramente, a dimensão *econômica* que articula as outras. Não por acaso, somente a partir do capitalismo foi possível desenvolver a noção de uma *ciência* da economia. E a trajetória da constituição da *dismal science* ilustra claramente as formas de consciência do sinuoso e lento *desenraizamento* da economia das outras dimensões da realidade social: sem isto, seria impossível sequer *conceber* a noção de economia e, portanto, muito menos chegar à noção de que a economia é dotada de lógica própria e que, supostamente, pode ser apreendida cientificamente, isolada das demais (o fetiche do economista). Com isto, mesmo tendo como referência o capitalismo, não quero dizer que a economia determina *diretamente* as outras esferas ou que, por exemplo, a política (ou a cultura) é simplesmente uma *emanação* da economia. A *forma* como a economia articula as demais instâncias no capitalismo *redefine* a dimensão do político (algo que não necessariamente é captado pela capciosa, noção de “determinação em última instância”). Na Antiguidade Clássica, por exemplo, *dominava claramente a Política*: a “economia” era um meio de existência que favorecia a reprodução de uma organização social cujos princípios de ordenamento *não* eram plenamente compatíveis com a *sociedade de mercado*. *Mutatis Mutandis*, o mesmo pode se dizer das sociedades “hidráulicas” (ou, em formulação mais próxima dos termos marxianos, baseadas no *modo de produção asiático*): eram os mecanismos de *redistribuição* organizados a partir de um poder central que davam coerência e articulação aos diversos setores que compunham a sociedade. O contraste com a sociedade feudal é, também, particularmente nítido. A “economia” em seu sentido formal não articula aquela sociedade. As aldeias tendiam à autossuficiência e, essencialmente, não obedeciam aos padrões impostos pelo mercado. O que as articulava eram relações de poder exercidas *diretamente* pela camada dominante, as quais eram percebidas originalmente como relações *pessoais e sagradas*.

É possível agora conectar os dois argumentos anteriores. A consolidação do capitalismo envolveu a criação de um *mercado mundial*<sup>19</sup> e uma “História Universal”. Estes dois elementos ajudaram a alterar radicalmente as condições de vida e de conflito social, pois são expressões da tendência do capitalismo em romper os limites à *mercadorização* de todas as dimensões da vida, isto é, de subordinar todas as relações e formas sociais ao processo de autovalorização do capital. É essa sua luta eterna contra as “economias naturais” e princípios de sociabilidade alternativos que revela a sua natureza *totalitária*. O quadro se agrava pela sua habilidade em *incorporar* e subsumir os mecanismos de exploração herdados de outros modos de produção, que, por conta disto, tendem a ser redefinidos e intensificados<sup>20</sup>. Antes do século XIX, o seu assédio à arena externa oscilava entre a conquista militar para pilhar recursos e mão de obra – destruindo de um só golpe as formas de sociabilidade ali reinantes – e uma forma indireta, que envolvia a cooptação das Elites “pré-capitalistas” locais, que se serviam de suas formas peculiaridades de extorsão para canalizar recursos para o mercado mundial. Mas este processo não se desenrola no âmbito da economia (e da política) em sua acepção formal: ele se nutre e ao mesmo tempo exige a transformação radical das estruturas do cotidiano das sociedades que invade. É neste trágico sentido que devemos entender a expressão “História Universal”: a tendência à imposição da mercadorização de todas as dimensões da vida social. Logo, Progresso, Democracia, Modernidade e Civilização são elementos estranhos e incompatíveis com o capitalismo.

\*

Uma vez exposta a questão em termos gerais, é necessário agora problematizar e explicitar melhor um conjunto de miragens herdadas da Era Dourada que, de tão arraigadas, impedem a compreensão do significado daquele período e, o que é mais importante, afetam a nossa capacidade de pensar as dimensões da crise *geral* que vivemos, assim como as possibilidades emancipatórias que agora se abrem. O primeiro aspecto a ser destacado é que os Anos “Dourados” *não foram marcados pelo amortecimento do capitalismo*. Essa alcunha reflete muito mais a surpresa das camadas dominantes “inebriadas” com um período que, a despeito da ameaça da hecatombe nuclear, parecia ter um sentido e uma direção clara: o planejamento social como a garantia do progresso generalizado. O fato é que, enquanto as atenções se fixavam na superfície dos acontecimentos (os arranjos financeiros internacionais, a política econômica, os acordos regionais, etc.), com a quase destruição do campesinato, 80% da população mundial foi arrancada das suas formas de vida *paralelas* ou formalmente subsumidas ao mercado. Isto, em conjunto com a urbanização, promoveu a transformação das instituições e formas de sociabilidade mais elementares que, embora vistas pelos cultores da “modernidade” como heranças da

---

(19) Isso costuma gerar confusão: essa expressão não é equivalente e não se confunde em hipótese alguma com a noção de *mercado externo* dos economistas. Desenvolvi esse ponto em “Capital Comercial Autônomo: dinâmica e padrões de reprodução” *Textos para Discussão* no. 214 IE: Campinas, 2012.

(20) Era essa habilidade que faltava ao *capital mercantil*, pois esta forma de capital não era capaz de penetrar fundo na natureza e na vida social, a ponto de transformá-la radicalmente, pois dependia da vigência de sistemas de exploração que não podia controlar diretamente, bem como vivia necessariamente nos interstícios das grandes civilizações.

“velha sociedade”, eram *funcionais* para atenuar os efeitos destrutivos da sociedade capitalista industrial e, de forma cada vez mais intensa, centrada na miragem do indivíduo egoísta<sup>21</sup>.

O segundo aspecto a ser ressaltado é outra decorrência do fetiche da Política Econômica, isto é, o foco no terreno das *representações da política*, e não sobre suas *forças sociais* subjacentes. A curta e *modesta* regulação das finanças internacionais “negociada” nos acordos de Bretton Woods não afetou os capitalistas e sua rede de clientela. Pelo contrário: dadas as circunstâncias, o jogo de tensões produzidos no imediato pós-guerra possibilitaram a retomada do comércio internacional e a generalização do fordismo via IED cruzado, que abriram novas frentes de acumulação, *sem romper com a institucionalidade financeira*, já solidamente estabelecida no final do século XIX pelas transformações gerais orquestradas com a consolidação do capital financeiro e seu vínculo indissociável com o imperialismo. Nesta linha, é importante destacar que um dos estímulos *fundamentais* à expansão do capitalismo derivou do *novo padrão* de dispêndio, produção e organização militar que marcou a Guerra Fria: uma corrida armamentista virtualmente incessante, que impulsionou a pesquisa em novas tecnologias e favoreceu a criação de novas formas de articulação entre a Universidade, as Empresas Privadas e os Laboratórios e centros de pesquisa militares, gerando um estímulo adicional – e cada vez mais imperativo – à inovação: como destacou Medeiros, a necessidade de manter a superioridade estratégica impunha um ritmo intenso na inovação militar<sup>22</sup>, onde o critério básico para o gasto – dada a penalização pelo atraso – era orientado *predominantemente* pela viabilidade tecnológica potencial dos projetos, critério que se impunha ao risco e aos custos<sup>23</sup>.

Como a corrida nuclear envolvia também um suporte em armamentos convencionais, articulado a um sistema de vigilância e comunicação em escala mundial (que acabou levando a rivalidade para o

---

(21) Eric Hobsbawm – em um fino diálogo com Polanyi – ressaltou isto de forma elegante e precisa: “Na prática, a nova sociedade operou não pela destruição maciça de tudo que herdara da velha sociedade, mas adaptando seletivamente a herança do passado para uso próprio. (...) A maneira mais eficaz de construir uma economia industrial baseada na empresa privada era combiná-la com motivações que nada tivessem a ver com a lógica do mercado – por exemplo, com a ética protestante; com a abstenção da satisfação imediata; com a ética do trabalho árduo; com a noção de dever e confiança familiar; mas decerto não com a antinômica rebelião dos indivíduos.” *Era dos Extremos* São Paulo: Cia das Letras, 1994 p. 25.

(22) Há um intenso e sinuoso debate sobre este tema. De um lado, há uma tendência a hiperdimensionar os fundamentos técnico-científicos encarnados nos armamentos como o determinante fundamental nas formas de conflito militar, criando uma espécie de determinismo tecnológico, divorciado do meio social ou histórico. A outra tendência, que também gera este mesma separação, gravita em torno da tensão entre a *estratégia* e os meios (tecnológicos e infraestruturais) para a sua efetivação (o objeto das interpretações baseadas no determinismo tecnológico). A meu ver, uma das melhores formas de abordar a questão é através da leitura do profético livro de Paul VIRILIO *Popular Defense & Ecological Struggles* Nova York: Semiotext(e), 1990 [a edição original é de 1978!]. Neste livro, curto e poderoso, pelo contrário, a ênfase e a *démarche* é outra: o foco recai não apenas na integração entre a técnica e o meio social, mas no modo como ela se mescla à subordinação crescente do espaço ao tempo (e como isto desvaloriza e aprisiona o Homem), temática central de sua obra. *Deste ponto de vista*, a bibliografia convencional sobre o tema ganha uma nova luz e pode ser melhor aproveitada.

(23) Cf. Carlos Aguiar de MEDEIROS “O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar.” *In*: FIORI, José Luís, ed. *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

Espaço) e uma *massa* gigantesca de vetores para as ogivas nucleares,<sup>24</sup> este padrão de concorrência estimulava o setor de bens de capital e de bens de consumo duráveis. Além disso, a mesma rede universitária que gerava pesquisa de ponta para uso militar – que, rapidamente, irradiava para aplicação civil – servia para atenuar as demandas populares por educação e, é claro, para alimentar os laboratórios e fornecer mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Impulsionada *predominantemente* pela concorrência estratégica da Guerra Fria, já na década de 1970, a vanguarda da concorrência capitalista se deslocou para novas fronteiras: a tecnologia da informação (telemática), robótica, eletroeletrônica, genética, nanotecnologia, química fina e novos materiais. Esse movimento intensificou ainda mais a centralidade do setor de Pesquisa e Desenvolvimento na estrutura burocrática das grandes corporações. Além disto, por conta das novas tecnologias e da maior abertura comercial e articulação entre os mercados nacionais, a grande corporação foi capaz de elevar substancialmente a sua eficácia gerencial, mediante o aprimoramento das formas de articulação entre as cadeias de suprimento e distribuição, com vistas a promover economias de escala e de escopo, reduzir os estoques e o desperdício, bem como acelerar o ciclo da produção e a capacidade de adaptar-se mais rápido às flutuações do mercado e à variação nos padrões de consumo.

Desse modo, a *auri sacra fames* ganhou um importante apoio para intensificar a acumulação de capital e acelerar o ritmo das inovações que, por sua vez, se mesclava sinergicamente à transformação das formas de organização, concorrência e gestão das empresas transnacionais. Partindo disto, podemos recolocar o problema em termos mais gerais. O ponto a ser destacado é o *sentido* básico da afirmação de Lênin de que imperialismo *expressa* a “etapa” superior do capitalismo: a *base* do processo é intensificação da socialização da produção, posta em marcha pela tendência à concentração e centralização de capitais, *que se associa necessariamente à concentração do poder do Estado*, fundindo deste modo a rivalidade política à econômica, gerando um mecanismo de retroalimentação, onde a monopolização crescente eleva a magnitude e a escala da concorrência *intercapitalista e interestatal* que, por sua vez, alimenta a tensão entre o caráter privado da apropriação do produto social e o caráter coletivo da produção. Estas tendências gerais já começaram a se manifestar na segunda metade do século XIX, como ilustram a trajetória dos EUA<sup>25</sup> e da Alemanha, para citar dois exemplos dos mais

---

(24) O mecanismo de contenção mútua da Guerra Fria dependia da inexistência de impedimentos físicos a um *contra-ataque* nuclear devastador. Portanto, a variação nos meios de lançamento (mar, terra, ar) era tida como um pilar estratégico fundamental.

(25) Já na década de 1840, a expansão das ferrovias e do telégrafo, articulada a formação das sociedades por ações, começou a transformar radicalmente a sociedade estadunidense. Contudo, foi a Guerra Civil que deu um novo impulso e colocou definitivamente o “capitalismo americano” na rota em que, explorando as rivalidades européias, o situou no primeiro plano. De um modo geral, a ênfase recai no impulso à industrialização que ela proporcionou, ao exigir a produção em larga escala de Couraçados, armamentos, munição e alimentos; bem como na necessidade de ampliar a malha ferroviária e a comunicação por telégrafo, para poder melhor movimentar as tropas e dar apoio logístico aos combatentes. Mas o seu impacto foi muito maior do que isso: o triunfo do Norte selou a combinação entre as paixões da política de massas (que ajudou a impulsionar a nascente “indústria” da propaganda) com a nova ordem corporativa em consolidação, cuja marca fundamental é a simbiose entre a empresa privada (apoiada nas sociedades por ações) e a administração pública. cf. Mark GRIMSLEY “Surviving military revolution: the U.S. Civil War” in: MacGregor KNOX & Williamson MURRAY *The Dynamics of Military*

significativos. Mas o século XX intensificou e universalizou ainda mais esta simbiose, tornando-a irreversível, pelo menos enquanto perdurar o capitalismo. A “globalização” – ou melhor, o novo imperialismo – é uma expressão disto, na medida em que ela se apoia necessariamente na *ampliação* do poder e da arbitrariedade do Estado em escala transnacional, em uma relação cada vez mais tensa entre a preponderância dos EUA e o concerto de Potências que precisa administrar, para poder preservar o capital “global”<sup>26</sup>.

É exatamente esta tensão que se manifesta na cena mundial contemporânea. As fissuras são cada vez mais nítidas em todos os níveis do sistema de dominação plasmado no entorno de Washington e Wall Street no final da Guerra Fria. No plano interestatal, a crescente reação da Rússia<sup>27</sup> ao cerco da Otan capitaneado pelos EUA, cujos sinais foram emitidos já em 2008, é uma das expressões mais nítidas disto. Já no espaço interno, a intensificação do conflito social é a regra *em praticamente todos os Estados*. A articulação entre a elevação da temperatura política no plano interestatal e a tensão no interior das sociedades é um claro sinal de que mudanças profundas estão acontecendo. E é exatamente este quadro de tensão generalizada que abre espaço para as possibilidades emancipatórias, isto é, a deflagração da luta anticapitalista, travada simultaneamente em todos os flancos. Entretanto, por outro lado, é exatamente essa percepção da possibilidade de mudança que engendra os movimentos de cunho reacionário e, sobretudo, o *reforço* do militarismo e dos mecanismos estatais de vigilância e repressão aos movimentos sociais que apontei no início deste texto.

Neste quadro, tomando como referência os EUA, é nítida a sua incapacidade de romper com as características mais perenes de sua política externa. O falso e inócuo progressismo da administração Obama tem, inclusive, deteriorado ainda mais a situação. Tomemos como exemplo a questão do desarmamento nuclear, ressuscitada por Obama mediante discursos histriônicos<sup>28</sup>, centrados na louvável

---

*Revolution* Cambridge: Cambridge U. Press, 2009 p.75-77; Williamsom A. MURRAY “The Industrialization of War” in: Geoffrey PARKER (org.) *The Cambridge History of Warfare* Cambridge U.P.: Nova York, 2009 p. 223-5.

(26) Ellen WOOD aponta isto com clareza: “Aqui, a alegação não é de que o poder do capital em condições de globalização tenha fugido ao controle estatal e tornado o Estado territorial cada vez mais irrelevante. Pelo contrário, meu argumento é que o Estado é hoje mais essencial do que nunca para o capital, mesmo – ou especialmente – na sua forma global. A forma política da globalização não é um Estado global, mas um sistema global de Estados múltiplos, e a forma específica do novo imperialismo vem da relação complexa e contraditória entre o poder econômico expansivo do capital e o alcance mais limitado da força extraeconômica que o sustenta.” *O Império do Capital* São Paulo: Boitempo, 2014 p. 18. Ver também István MÉSZÁROS *O Século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003 p.33-4; 39;72-9.

(27) Somente a combinação entre o clima do “fim da História”, a falta de assunto para *papers* e a superficialidade acadêmica reinante – em sua concorrência com a imprensa a que já fiz alusão – explica a prática quase sem restrições de situar a Rússia nos BRICS (na verdade, a aceitação e a sobrevida desse acrônimo é um grave sintoma da crise da Universidade como espaço de reflexão crítica). Sem se sentirem ofendidos, os russos estão sabendo explorar política e diplomaticamente este disparate como um mote para estreitar relações com o Brasil e, em menor grau, com a China.

(28) O primeiro deles foi proferido no dia 5 de Abril de 2009, em Praga, onde reconheceu a responsabilidade especial dos EUA – o único país a usar armamentos nucleares – e afirmou que tomaria “medidas concretas” para criar um mundo sem armas nucleares. Esse mesmo discurso tem sido repetido por ele ou por representantes com alguma frequência, mas as ações do governo vão no sentido contrário: o orçamento para o dispêndio com armamentos nucleares projetado para 2015 foi majorado em 7%, bem como prevê aumentos significativos até 2019. O dinheiro será direcionado à *National Nuclear Security Administration* (uma agência semiautônoma do Departamento de Energia cuja missão é “aumentar a segurança nacional através

iniciativa de eliminação total das armas nucleares mediante uma “nova estratégia” de longo prazo baseada em dois elementos centrais: i) a retomada das discussões com a Rússia, para uma diminuição conjunta dos arsenais nucleares estratégicos; ii) a redução do papel da dissuasão nuclear na política de segurança dos EUA, mediante a *substituição* progressiva das ogivas nucleares por armamentos convencionais que tenham a mesma função (como o projeto *Prompt Global Strike*), porém, com danos colaterais menores. Esses dois elementos centrais, hipoteticamente, cuidariam de reduzir, no longo prazo, a propensão à proliferação nuclear por parte de Estados e forças hostis aos EUA, tornando possível *abolir* os armamentos nucleares. Não é difícil notar o caráter irrealista desta postura, dada a contradição entre os dois esforços: o segundo objetivo só pode ser realizado *plenamente* com o êxito do programa *ballistic missile defence* (o escudo antimísseis), algo pouquíssimo provável, tanto por motivos técnicos<sup>29</sup>, quanto por motivos geopolíticos: os russos reagem negativamente à expansão do escudo antimísseis ao seu perímetro estratégico mais imediato<sup>30</sup>. A despeito da imensa retórica, o objetivo de Obama é muito mais modesto (e congruente com medidas tomadas por Clinton e, sobretudo, por Bush): *reequilibrar* a proporção entre o arsenal convencional e o nuclear, pois a dissuasão nuclear não funciona contra “ameaças transnacionais”. O segundo problema com esta postura é que, quanto mais os EUA aumentarem a sua superioridade em meios convencionais, *mais atrativas vão ser as armas nucleares para os Estados menos poderosos*, exatamente por seu potencial de dissuasão a custos relativamente pequenos<sup>31</sup>.

Além disto, é exatamente a exagerada assimetria de poder militar (convencional e nuclear) em favor dos EUA que, na prática, engendra o “terrorismo” como tática dominante pelos grupos mais fracos e, sobretudo, como um fenômeno transnacional:

Mas em suas manifestações precedentes, o terrorismo surgia como um elemento detonador da revolta, a antessala de enfrentamentos abertos e maciços que culminariam na vitória da ‘boa’ causa. O que há de perturbadoramente novo na forma que ele adquire no presente é a sua conversão tendencial em estratégia autônoma, desconectada dos processos de luta conduzidos por grupos sociais identificados. Essa estratégia conta com a elevada sensibilidade da opinião pública aos espetáculos mórbidos de violência indiscriminada que patrocina, e se vale de todas as possibilidades abertas pelos meios de

---

do emprego militar da ciência nuclear”) e tem como diretriz básica “modernizar “ as ogivas e o sistemas de lançamento dos armamentos nucleares. Já o orçamento para desmontar com segurança as bombas mais antigas será reduzido. Cf. Yuki TANAKA “Notes on Nuclear Weapons: Towards abolition or armageddon?” *The Asia Pacific Journal: Japan Focus*, 27 Maio de 2014.

(29) O escudo é bastante ineficaz contra mísseis de cruzeiro. Além disto, há a questão do volume. O escudo não poderia deter integralmente um ataque sincronizado de grandes proporções. Além disso, para poupar o recursos, o agressor poderia mesclar mísseis convencionais e nucleares no ataque. Uma operação dessa natureza teria elevada probabilidade de causar dano significativo, inclusive nuclear. Além disso, o escudo depende da rede de satélites de monitoramento, que podem ser destruídos previamente por mísseis antissatélite (que os russos e os chineses possuem).

(30) Isto gera a clássica tensão diplomática em torno da composição da agenda de negociações: Moscou quer tratar o tema do desarmamento e do escudo antimísseis como um tema único, enquanto os oficiais dos EUA afirmam que são assuntos distintos. Se somarmos a isso a continuidade da política de expansão da Otan, fica evidenciado o contraste entre o discurso e as práticas de Washington.

(31) Cf. Andrew FUTTER “Obama’s Nuclear Weapons Police in a Changing World” in: KITCHEN, Nicholas (org) *The United States After Unipolarity. Ideas – Special Report* Londres: London School of Economics, 2011

comunicação de massa para veicular sua dupla mensagem. *Nesse sentido, o terrorismo transnacional é o avesso do ‘novo modo ocidental de guerra’: uma forma extrema, pelo mais fraco, de produção de assimetria*<sup>32</sup>.

Portanto, as “saídas” pela via militar e pela *Realpolitik* simplesmente reproduzem e intensificam os problemas. É fundamental voltar a pensar *além* dos marcos do *status quo*.

\*

De uma perspectiva predominantemente *gerencial*, o movimento acima esboçado teve suas origens mais remotas no final do século XIX e seu epicentro correspondeu à emergência das grandes corporações estadunidenses, crescentemente e apoiadas na finança.<sup>33</sup> Por conta da derrota da Alemanha e as condições peculiares de Bretton Woods, esta forma organizacional se irradiou para os demais países centrais entre as décadas de 1960 e 70. Neste ponto é fundamental fazer um adendo importante. A História é marcada por temporalidades múltiplas, porém entrelaçadas. O esquecimento disto favorece uma visão apressada que, como estou tentando ressaltar, exagera o peso e a profundidade das efêmeras transformações conjunturais. Essa miopia é particularmente acentuada quando o tema é o “sistema de Bretton Woods” ou, até mesmo, o “novo” capitalismo financeiro. As raízes mais profundas da financeirização – eclipsadas momentaneamente pelos arranjos supostamente “keynesianos” da era dourada – podem ser detectadas em um longo período (1840-1970), cuja *ilustração* fundamental reside na evolução dos EUA:

Nesse sentido é possível identificar, pelo menos, duas fases características ao longo dessa evolução. A primeira se inicia com o surgimento das grandes empresas ferroviárias em meados do século XIX e se encerra com o extraordinário surto de fusões de 1896-1904. (...) O segundo período, que vai de 1904 a aproximadamente 1970, marca o desenvolvimento dos mecanismos institucionais de liquefação da propriedade capitalista (ações e títulos em geral), de sorte a transformar a unidade empresarial num aglomerado de ativos negociáveis e recombináveis a qualquer tempo e de forma quase instantânea. A tipificação dessa nova fase é ilustrada pelo movimento de conglomeração (aquisição de empreendimentos não relacionados) dos anos de 1960, imediatamente seguido pelos desinvestimentos (venda de unidades empresariais) dos anos de 1970<sup>34</sup>.

Em suma: qualquer diagnóstico sobre as causas da financeirização – ou, até mesmo, dos fundamentos do neoliberalismo – deve levar em conta esta escala de tempo mais ampliada<sup>35</sup>. De qualquer modo, a partir

---

(32) Sebastião VELASCO e CRUZ “Evolução Geopolítica: Cenários e Perspectivas” Ipea – Textos Para Discussão No. 1611 (2011) p 28 (grifo meu).

(33) cf. Nelson Prado ALVES PINTO “A Institucionalidade Financeira” *Crítica Marxista*. No. 28 (2009) p. 53-60; Georges DÚMENIL & D. LÉVY. “Periodizing Capitalism. Technology, Institutions and relations of production” In: ALBRITTON, R. *et al* (org.) *Phases of Capitalist Development: Booms, Crises and Globalizations*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2001 cap. 8.

(34) Nelson Prado ALVES PINTO “A institucionalidade...” op. cit. p. 53.

(35) Para tornar o texto mais sucinto estou simplificando radicalmente o problema. Embora países não possuam “capitalismos”, por praticidade, podemos por a questão nos seguintes termos: Na grande fase de rivalidade geral compreendida ente, grosso modo, entre 1890-1945 *nada* garantia de antemão a vitória do “capitalismo americano” sobre os seus concorrentes. Contudo, só estavam no páreo as potências que conseguiram combinar de forma eficaz a centralização dos capitais com a concentração de poder estatal. No entanto, por conta da heterogeneidade das forças sociais, as formas específicas de

de 1970 a *intensificação* da competição intercapitalista e as novas bases tecnológicas aceleraram ainda mais estas transformações que, contudo, só encontraram uma situação ideal na década de 1990 quando, *orquestradas por um novo arranjo de relações interestatais*, ocorre a consolidação e difusão também para a periferia de medidas tais como a desintermediação, ascendência patrimonial e ampliação do papel dos investidores institucionais. Neste novo ambiente as empresas de ponta puderam se organizar a partir dos centros administrativos fundados nas operações financeiras e no setor de P&D (especialização no “*core business*”), do qual passou a emanar uma ampla e diversificada rede produtiva transacional baseada na crescente *terceirização (outsourcing)* e na fragmentação das demais funções da produção<sup>36</sup>.

Um último mito a ser questionado diz respeito ao grau de inclusão social do “Welfare State” e o clima de relativa paz social. A “Era Dourada” foi para poucos e foi baseada em privilégios materiais e imateriais. Exatamente por conta da velocidade e intensidade das transformações em curso, este período foi marcado por agudas agitações sociais, só menos intensas se comparadas à experiência do seu passado imediato, a “Era da Catástrofe” (1914-45). Uma das principais raízes destas tensões foi, claramente, o modo como 1917 repercutiu e alastrou em escala global as demandas igualitárias que já haviam despontado no período situado entre 1789 e 1848, mas que agora não somente se apresentavam em escala realmente *mundial*, como almejavam *suplantar* o falso cosmopolitismo do século XIX. Porém, no *centro do capitalismo*, o segredo foi dissolver o radicalismo pela constituição da “cidadania fordista”, escorada na instrumentalização do racismo, da xenofobia e dos diversos preconceitos sociais como arma para *ocultar* e silenciar os trabalhadores precários<sup>37</sup> que, à margem dos direitos dos trabalhadores formais, ficavam encarregados de realizar as tarefas mais degradantes. Nas reconstruções do período feitas pelos defensores do capitalismo civilizado, estes personagens geralmente só aparecem depois da “crise do fordismo”, como se sua situação fosse um produto do “desarranjo” do compromisso keynesiano, e não um *componente estrutural* da expansão dos anos 50 e 60.

Ruy Braga, corretamente, questiona a tese de que a precarização do trabalho foi um efeito residual, desvinculado dos fundamentos dos “Anos Dourados”.

Ao contrário, entendemos que em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é constitutiva da relação salarial. Consequentemente, o precariado não deve ser interpretado como o antípoda do assalariado,

---

combinação eram bastante variadas. Além disto, o cambiante jogo de alianças entre as potência e suas áreas de influência gerava ainda mais heterogeneidade. Mas o fato é que, no final, ao derrotar a Alemanha e o Japão, o “capitalismo americano” preponderou e foi o principal referencial na remodelação do bloco capitalista e, indiretamente, ao ditar os termos gerais da “Guerra Fria”, limitou enormemente o grau de atuação da União Soviética que, desde a década de 1920, se distanciava cada vez mais do internacionalismo socialista de base revolucionária. Neste sentido lato, podemos falar em uma “hegemonia” do capitalismo estadunidense.

(36) Desenvolvi esse argumento em “Ordem e Desordem Internacional: tendências do capitalismo contemporâneo” Observatório da Economia Global (CECON/IE-UNICAMP) – Textos Avulsos n. 9 (2011).

(37) Cf. Immanuel WALLERSTEIN “The Ideological Tensions of Capitalism: Universalism versus Racism and Sexism” in: BALIBAR, Etienne & WALLERSTEIN, Immanuel *Race, Nation, Class: ambiguous identities* Londres: Verso, 1991.

seu “outro” bastardo ou recalcado. Na realidade ele é a própria condição de existência do salariado: tanto na Europa ocidental quanto nos Estados Unidos, o compromisso fordista mostrou-se bastante eficiente em proteger a fração profissional, branca, masculina, adulta, nacional e sindicalizada da classe trabalhadora, à custa da reprodução da fração proletária não qualificada ou semi-qualificada, feminina, negra, jovem e migrante<sup>38</sup>.

Neste período os extremamente ricos – a alta burguesia – *augmentaram* os seus privilégios e o *alcance* das suas fortunas. A pequena burguesia e os trabalhadores qualificados gestaram novas barreiras sociais para conter os desfavorecidos e, desse modo, melhoraram ainda mais a sua posição social relativa. Logo, a cidadania fordista era extremamente *limitada* e calcada na remodelação dos privilégios antigos e na gestação de novos, geralmente cristalizados nos novos espaços de sociabilidade criados nas escolas e universidades mais destacadas, nas profissões mais prestigiosas e ao seu redor, só acessíveis aos que puderam combinar, desde a mais tenra infância, o lazer com a educação de alta qualidade. Além disto, boa parte das competências dos trabalhadores qualificados – especialmente com a entrada das mulheres na faixa mais nobre do mercado de trabalho – dependia indiretamente dos serviços recrutados entre os imigrantes e demais marginalizados, que realizavam a baixo custo parte de seus afazeres, liberando o *tempo*<sup>39</sup> usado para aprimorar as suas competências técnicas e, de forma menos visível, para cristalizar, no ambiente familiar e nos espaços de convivência que frequentam, as barreiras não-econômicas que segregam os precários e ajudam a ocultar a dominação de classe<sup>40</sup>.

A ilusão do desenvolvimento se espalhou também para a periferia, onde a preocupação central era promover o desenvolvimento das forças produtivas “*nacionais*” a qualquer custo, lutando para captar os dinamismos provenientes do capitalismo central, *de forma subordinada*. Porém, no plano interno, esta forma de inserção exige uma sociedade autoritária, baseada na exploração brutal dos recursos naturais e energéticos, a serviço de um restrito grupo de privilegiados, cercados por uma massa gigantesca de miseráveis, constantemente sendo expulsos da terra e jogados para os espaços urbanos, em busca de qualquer serviço degradante, tendo de manter um sorriso no rosto e agradecer ao patrão pelo privilégio de ser explorado. O ponto decisivo é que privilégio dos *setores intermediários* da sociedade não é transmitido principalmente pelo patrimônio: além do mecanismo disciplinar orientado para o “sucesso”

---

(38) *A Política do Precariado* São Paulo: Boitempo, 2012 p. 17.

(39) No caso do Brasil, Cf. Jessé SOUZA A Ralé... op. cit. p. 23-4.

(40) A combinação entre a aceleração da vida com a generalização (parcial) do arrivismo (essa bizarra herança dos anos “dourados”), o *controle* sobre o próprio tempo – o “elogio da lentidão” e dos aspectos mais elementares da vida – tornou-se a mais alta marca de distinção social e um cobiçado ativo de luxo: “Numa virada histórica de aceleração máxima, não espanta que o tempo, assim como os demais pré-requisitos elementares da vida, como espaço, sossego, atenção etc., redescobertos ao término de seu périplo, tenha se tornado o mais importante dos ativos de luxo.” Paulo ARANTES *O Novo Tempo do Mundo* São Paulo: Boitempo, 2014 p. 154-5. *Pouquíssimos* – a “aristocracia da velocidade” (Paul Virilio) – podem se dar a esse luxo: as camadas intermediárias da sociedade já estão presas na eterna armadilha do consumo conspicuo/criação dos meios para esse consumo. O espaço do “lazer” na juventude – o fator que realmente separa a classe média “tradicional” das camadas inferiores – é cada vez mais preenchido com atividades destinadas a aprimorar seu capital social e habilidades suplementares (domínio de línguas, viagens, esportes sofisticados, gastronomia, habilidades musicais, etc.; as quais moldam modos de comportamento que geram distinção e prestígio), decisivas na hora de lutar pela “carreira”.

no mercado de trabalho típico das “boas” escolas e universidades ditas “de (para a) elite”, boa parte das habilidades cognitivas e emocionais que geram distinção social – como as hierarquias do “gosto” que configuram o *habitus*, nos termos de Pierre BOURDIEU<sup>41</sup> – são transmitidas de forma invisível, na vida familiar<sup>42</sup> e nos círculos sociais desta camada social.

Essa herança imaterial gera identificações subjetivas – e quase inconscientes – que reforçam a endogenia nas classes médias e, reversamente, tende a perpetuar e naturalizar a desigualdade. Logo, por conta disto, a desigualdade não pode ser eliminada *apenas* pelo crescimento econômico, mesmo que combinado com um complemento de renda e a provisão de competências técnicas para as camadas inferiores da sociedade. O imbricamento entre a escassez de recursos e de acesso aos hábitos e padrões de sociabilidade dos “vencedores” condena de antemão os inferiorizados.

É a presença desses dois elementos conjugados, que faltam à ralé, que permite às crianças de classe média o acesso às características emocionais e cognitivas que irão, mais tarde, separar aqueles que terão sucesso escolar e, conseqüentemente, sucesso no mercado de trabalho. A ‘renda’ econômica que advém desse sucesso é, portanto, ‘efeito’, e não ‘causa’ das diferenças entre as classes. A confusão entre efeito e causa, aliás, é o que faz as classes sociais, na sua determinação mais importante, que não é econômica,” [no sentido formal da palavra]”tornarem-se invisíveis aos olhos do senso comum. E apenas porque as classes se tornam invisíveis é que o senso comum e (...) as ‘ciências’ que se constroem a partir delas podem ver o indivíduo e o mérito individual como justificativa de todo tipo de privilégio. As classes sociais se reproduzem, portanto, de maneira duplamente invisível: primeiramente porque a construção das distintas capacidades de classe é realizada no refúgio dos lares e longe dos olhos do público; depois, invisível ao senso comum, que só atenta para o resultado, apresentado como ‘milagres do mérito individual’, deixando as precondições sociais e familiares desse ‘milagre’ cuidadosamente fora do debate público<sup>43</sup>.

---

(41) Cf. *A Distinção: crítica social do Julgamento* Edusc & Zouk: São Paulo e Porto Alegre, 2007.

(42) “O que a classe média ensina aos filhos é comer nas horas certas, estudar e fazer os deveres de casa, arrumar o quarto, evitar que os conflitos com os amigos cheguem às vias de fato, chegar em casa na hora certa, evitar formas de sexualidade prematuras, saber se portar em ambientes sociais etc. As famílias de classe média ensinam, portanto, os ‘valores’ de uma ‘classe’, que são os valores da autodisciplina, do autocontrole, do pensamento prospectivo, do respeito ao espaço alheio, etc. Que esse aprendizado seja ‘esquecido’ ou não tematizado deve-se ao fato de que ele é transmitido afetiva e silenciosamente no refúgio dos lares.” Jessé SOUZA *A Ralé Brasileira* op. cit. 45.

(43) Ibid p. 46-7. Essa formulação é útil para distinguir a classe média “tradicional” da camada precarizada, que é o sentido geral, neste momento, da argumentação de Jessé Souza. Contudo, Jessé exagera demais no peso de Weber a na desvalorização da *centralidade* da tensão entre o capital e o trabalho como o nexo da questão. André SINGER expõe esse ponto com clareza: “O problema é que Jessé Souza, ao dar centralidade ao conflito *inclusão versus exclusão*, tira o capitalismo de cena. Embora numa sociedade que reproduz a exclusão de maneira tão estrutural e contínua o conflito que a exclusão produz seja de alta relevância, não se pode esquecer que a oposição entre o capital e o trabalho define o destino de toda a época em que vivemos, sendo necessário integrar o problema da exclusão ao conjunto das relações de produção, se quisermos desvendar a totalidade.” *Os Sentidos do Lulismo* São Paulo, Cia das Letras, 2012 p. 43. Crítica contundente, que inspirou – ao lado das reflexões de Ruy Braga – o modo como tentei incorporar neste texto as reflexões de Jessé Souza. Além do seu ego inflamado, há outra grande limitação em sua visão: Jessé não consegue ultrapassar o campo especializado da sociologia compreensiva: Bordieu e Charles Taylor são protagonistas secundários na sua sociologia, pois é uma variante da interpretação geral de Max Weber sobre a modernidade que conduz e dá o tom de sua explicação. E isso o conduz para uma curiosa forma de elitismo: a realidade só pode ser desvendada para além do senso comum se baseada no método da *sociologia moderna* (que ele aprendeu na

Logo, as fórmulas tecnocráticas da “boa gestão” macroeconômica traduzida para as políticas públicas são inócuas, pois não enfrentam o problema fundamental.

O fato a ser destacado é que a combinação entre a desigualdade extrema e as barreiras não econômicas de segregação social estão deixando de ser uma marca visível apenas na periferia. Como tentei indicar, especialmente nos países centrais, a “era de ouro” *mitigou e ocultou* provisoriamente esse tipo de diferenciação, ao criar a miragem de que haveria espaço para todos. A explosiva luta pelos “direitos civis” na década de 1960 *evidenciou* esse fato, mas não resolveu o problema. A partir da década de 1980, com a generalização do “multiculturalismo” *confinada ao horizonte liberal*, a questão foi varrida para debaixo do tapete, ressuscitando, sob novas bases, o debate pautado pelo economicismo e pelo fetiche da política econômica. Logo, a homogeneidade entre os Estados preconizada pelos entusiastas da globalização está se materializando em bases radicalmente diferentes: não o mundo imaginário baseado na generalização do consumo de massa e no equilíbrio dos indicadores sociais, mas a universalização das características dos países periféricos, isto é, a rígida estratificação social e um espaço público restrito e precário, geralmente associado aos grandes plutocratas e a sua rede de clientela.

Colateralmente, por conta de seus hábitos de consumo suntuosos, essa plutocracia acabou favorecendo a constituição de um poderoso pilar conservador no interior das sociedades em que penetrou: o amplo e variado setor de serviços pessoais de luxo que movimenta uma parcela considerável da riqueza mundial. A diversificação do consumo como meio de distinção social favoreceu a redefinição do papel de boa parte da classe média tradicional e alguns “emergentes” (pois a *ralé* – nos termos definidos por Jessé Souza – continua confinada aos bastidores da vida social, a exercer as tarefas mais degradantes), convertendo-a em um espalhafatoso grupo de estafetas de luxo, destinado a prover, de forma resignada e subserviente, as extravagâncias dos muito ricos e poderosos. O ponto é que a questão fundamental não repousa – ou pelo menos não principalmente – no *peso econômico específico* dos provedores de serviços pessoais (que, entretanto, não é nada desprezível), *mas sim no seu papel político*, que deriva do modo como eles se incrustam nas redes plutocráticas. O seu conservadorismo está radicado em duas bases. A mais superficial desdobra-se da tendência à emulação dos padrões de consumo e dos estilos (e preconceitos) sociais dos seus patrões. A segunda, mais importante é que, por conta da sua dependência da aceitação em um círculo social restrito, não possuem nenhum tipo de poder de contestação social ou de mobilização política ampla. Além disso, esse padrão de inserção social forma uma circularidade: as redes de clientela se desdobram internamente, pois os estafetas de destaque possuem renda suficiente para contratar seus congêneres de outro ramo, e isto produz uma rede cruzada de indicação que vai gerando grupos relativamente coesos, baseados no compadrio. Logo, isto cristaliza interesses particularistas que, no limite, são hostis a qualquer orientação genuinamente democrática e, essencialmente, dependentes da polarização de renda e do consumo conspicuo.

---

Alemanha: em seu julgamento, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque fazem parte do senso comum). Suas constantes referências à uma “arte autêntica” – acessível apenas a estes espíritos mais elevados – são mais uma flagrante evidência desta arrogância que costuma acometer os “intelectuais”.

\*

Podemos agora dar o passo derradeiro. Laymert Garcia dos Santos apresenta um bom ponto de partida para discutir parte das características mais fundamentais do capitalismo contemporâneo e de sua dinâmica:

Estamos passando por uma desmontagem de todo o referencial tradicional e moderno enquanto se começa a construir uma sociedade nova cuja dimensão é, paradoxalmente e ao mesmo tempo, molecular e global. Molecular porque é no nível ínfimo e invisível, no nível da informação digital e/ou genética que se produzem suas maiores realizações; global porque cada transformação molecular operada está destinada a ser incorporada e repercutida por uma rede de valorização planetária<sup>44</sup>.

Este encontro entre o nível molecular e a rede de valorização planetária não é fruto exclusivo da técnica, mas expressa e ecoa os movimentos muito mais gerais e profundos discutidos até agora. Essa transformação tem como base o reforço *radical* e a intensificação dos tentáculos dos Estados mais poderosos, de cunho autoritário, que se entrecruzou com os sistemas de governança das corporações privadas, com o objetivo claro de *reforçar* em escala mundial os direitos de propriedade e uma nova rodada de *predação* muito mais intensa, porém *quase* invisível do homem e da natureza. Processo que, como as transformações mais profundas da “Era de Ouro” – as quais *criaram* a tragédia que vivemos – passaram por baixo do nariz da esmagadora maioria dos especialistas em Economia e Política Internacional. E essa cegueira permanece, mas sob novas roupagens. A “financeirização” parece ser a chaga do nosso tempo. No entanto, ao ser abordada de forma oblíqua, isto é, a partir de uma utópica tentativa de domar o capital financeiro e preservar sua “base produtiva”, ofusca os olhos dos diversos especialistas. Não se trata de reduzir a importância do fenômeno. Pelo contrário: como já afirmei, ele precisa ser inserido no movimento geral, do qual é uma expressão, e deve ser apreendido na sua própria temporalidade. E, para tanto, é preciso ir muito além do campo de visão proposto por Minsky e seus interlocutores. As novas formas de pilhagem – amparadas na tecnociência e nos novos sistemas de propriedade intelectual, que adentraram no nível das informações genéticas e no patenteamento de seres vivos<sup>45</sup> – que estão na fronteira do capitalismo hoje *foram concomitantes* ao conjunto de transformações que, como já fiz referência, *entrelaçaram* a liquefação das formas de propriedade capitalista, às novas formas de operação das empresas transnacionais e à “internacionalização do Estado”, só para citar os exemplos mais salientes.

Mas em que sentido preciso podemos falar em *pilhagem*? Como se sabe, a biogenética converteu-se em um setor de ponta na concorrência mundial no exato momento em que se tornou evidente a redução da biodiversidade no terceiro mundo. Mas isto era a outra face do *mesmo movimento*

---

(44) “A Virtualização da Biodiversidade” in: *Politizar as novas tecnologias: o impacto sóciotécnico da informação digital e genética*. São Paulo: Editora 34, 2003 p. 81.

(45) “No plano molecular, a relação entre a tecnociência e o capital” – escreve Laymert – “se institucionaliza através dos laços jurídicos que unem a invenção à propriedade intelectual. Mas para que isso ocorresse, foi preciso transferir para este terreno o regime de patentes, que vigorava na esfera industrial e selava as relações entre o direito e a ciência, protegendo a propriedade de artefatos e máquinas, isto é, das coisas que não existiam na natureza inanimada.” *Ibid* p. 89.

prévio que situou o setor de P&D na vanguarda da concorrência intercapitalista: a “crise ambiental” dos anos 80 foi um dos efeitos colaterais da urbanização e do deslocamento das etapas mais poluentes da produção e das indústrias intensivas em mão de obra e recursos naturais para a periferia. Como o processo de atração do Investimento Direto Estrangeiro foi marcado pela truculência e orquestrado pelos interesses mais imediatos das plutocracias locais e sua rede de clientela, as transformações foram muito mais erráticas e virulentas de modo que, não só animais e plantas, mas a própria carga genética dos indígenas (bem como seus conhecimentos fitoterápicos) estava sobre ameaça. Ainda de acordo com Laymert, a saída imediata foi coletar e armazenar este patrimônio genético – mesmo não sabendo *exatamente* o que fazer com ele. Dada a magnitude e a escala da concorrência oligopolista, o segredo era a *antecipação*, muitas vezes disfarçada de consciência ecológica.

Logo, trata-se de um pilhagem mais muito mais sutil do que fora a colonização do novo mundo e a conquista da África. Os resultados começam a transparecer agora: os países dotados de megadiversidade foram logrados já na década de 1990. Como de hábito, Laymert expõe o âmbito do problema:

É interessante notar que enquanto se arrastam ao longo dos anos as iniciativas jurídicas para proteger o acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento, às inovações e práticas das comunidades tradicionais e das populações indígenas a eles associados, o acesso às inovações tecnocientíficas já se encontra mundialmente protegido pelo regime de propriedade intelectual, tal como podemos ler nos acordos GATT-Trips, da Organização Mundial de Comércio [OMC]. Trips protege o valor informacional dos produtos e processos manipulados pela biotecnologia e pela tecnologia da informação; mas não pode proteger outros valores, como os valores de uso modernos e tradicionais, e nem o valor da vida, porque eles não cabem no sistema<sup>46</sup>.

A transferência do regime de patentes para a dimensão da propriedade intelectual assegurou a habilidade do capital em garantir o “acesso e o controle da informação nos dois extremos, isto é, no plano molecular em que ela se encontra, mas também no plano global, no mercado mundial em que ela será explorada depois de reprogramada” (*ibid* p. 19).

A lógica de tais operações parece ser: os seres biológicos – vegetais, animais e humanos – não tem valor em si, como existentes; o que conta é seu potencial. Pois se os seres contassem, a iniciativa consistiria em tentar salvá-los da extinção, em preservá-los em sua integridade, em protegê-los e ao seu habitat. Mas não é essa a idéia: o foco não estava nos corpos, nos organismos, nos indivíduos, nos seres vivos, e sim nos seus componentes, nas suas virtualidades. A tecnociência e o capital global não estão interessados nos recursos biológicos – plantas, animais e humanos. O que conta é seu potencial para reconstruir o mundo, porque potencial significa potência no processo de reprogramação e recombinação. Levando a instrumentalização ao extremo, tal estratégia considera tudo o que existe ou existiu como matéria-prima a ser processada por uma tecnologia que lhe agrega valor. Nesse sentido,

---

(46) *Revolução Tecnológica, Internet e Socialismo* São Paulo: Perseu Abramo, 2013 p. 21.

a única “coisa” que conta na nova ordem é o que pode ser capturado da realidade e traduzido numa nova configuração. A única “coisa” que conta é a informação<sup>47</sup>.

O problema é, portanto, muito mais profundo do que a mera “regulamentação” do sistema financeiro internacional, tal como apregoam os pseudocríticos da financeirização.

E isto expressa, de forma radical, o encontro entre a dimensão molecular e a rede de valorização planetária, que levou à conversão da *informação* em um instrumento de uma oligopolização em escalas sem precedentes, pois disparou uma corrida tecnológica com o objetivo de tentar controlar a dimensão virtual da realidade:

Ora, é possível compreender todo esse deslocamento por meio da importância ascendente da informação, tal como é aqui entendida. Com efeito, como germe que atualiza a potência do virtual, ela é o operador da passagem de uma dimensão da realidade para outra, se lembrarmos que a dimensão atual da realidade é a dimensão do existente, ao passo que a dimensão virtual é a do que existe enquanto potência. Assim, é a informação que permite ao capital global e à tecnociência passarem da dimensão atual da realidade para a sua dimensão virtual. Agora se torna possível investir sobre toda criação, inclusive a criação da vida. Sabemos que por meio da privatização das telecomunicações, da colonização das redes e do próximo loteamento do campo eletromagnético, o capital global busca controlar o acesso e a exploração do ciberespaço; mas nos esquecemos de que a ambição maior da nova economia é assenhorear-se da dimensão virtual da realidade, e não apenas da dimensão da realidade virtual, do ciberespaço, como tem sido observado<sup>48</sup>.

Portanto, o capital deu um passo suplementar, ao conseguir combinar a exploração da força de trabalho com o monopólio e instrumentalização *das informações* capazes de reprogramar a natureza e a vida humana.

\*

Podemos agora fazer a síntese do que foi discutido até aqui. O capitalismo é um sistema de exploração que, ao fundamentar-se no desenraizamento da esfera econômica, é capaz de *ocultar* as diversas formas de coerção – políticas e simbólicas – que engendra para poder operar, criando a ilusão de que a violência é uma herança pré-capitalista que será abolida pelo seu próprio desenvolvimento. Neste caso, o capitalismo é erroneamente concebido não somente como o indutor do “progresso material”, mas também como portador de um aspecto civilizatório em um sentido bastante preciso: de *substituir* o conflito violento pelas formas sublimadas de competição racional, travadas no mercado e no jogo político “democrático”. Este duplo pressuposto está na base da sobreposição fantasiosa entre capitalismo, progresso, modernidade e civilização, a qual se encontra profundamente arraigada nas ciências sociais e nas práticas e instituições que lhes correspondem. Essa imagem, contudo, não condiz com o fenômeno em pauta. A força motriz da *sociedade de mercado* é a acumulação incessante de capital, que só pode se sustentar mediante a mercadorização sistemática do Homem e da Natureza que, entretanto, só contam

---

(47) *Ibid.* p. 83-4.

(48) *Ibid.* p. 18. Ver também Donna J. HARAWAY *Simians, Cyborgs, and Women: the reinvention of nature* Nova York: Routledge, 1991 p. 164-5.

enquanto *suportes* do processo de valorização do capital. É isso que impele a sociedade produtora de mercadorias a se expandir tanto no plano mundial quanto na escala (sub) molecular, isto é, no plano das *informações*. Com o progresso da tecnociência a serviço do capital, o capitalismo deu um passo suplementar, tornando-se capaz de *colonizar* a dimensão virtual da realidade, onde atualmente se situa a fronteira da rivalidade intercapitalista. No entanto, este novo patamar da acumulação tem como fundamento a estrutura gestada pela simbiose entre a rivalidade interestatal e intercapitalista, típica da era imperialista, fator que agrava ainda mais o potencial *autodestrutivo* da sociedade capitalista. Isto nos obriga a recolocar no centro do debate público a única questão que é realmente fundamental: a contradição entre o capital e o trabalho no âmbito do “*novo*” *imperialismo*. É a partir desse quadro de referências que, com as devidas mediações, as demais questões devem ser formuladas. Logo, é fundamental abandonar de vez qualquer ilusão de que existe algo de civilizatório no capitalismo e, portanto, retomar a luta pela sua superação em todos os planos.